

Posição empresarial sobre a pandemia do coronavírus

Diálogo, compromisso, solidariedade e equilíbrio

O COFEM, como o representante do setor empresarial de Santa Catarina, solidário com a sociedade neste momento grave, mas ciente de suas responsabilidades, avalia que, no atual cenário, a paralisação da economia poderá ter consequências sociais tão graves quanto a própria pandemia. Passadas duas semanas de quarentena em Santa Catarina, com redução drástica ou interrupção total do faturamento, as empresas estão diante da necessidade de honrar compromissos como a folha de pagamento e diversos outros, enquanto grande parte das medidas de apoio anunciadas não se materializaram na prática ou se mostram insuficientes.

Preservar a vida dos catarinenses é prioridade. Sem minimizar a seriedade do problema, contudo, as entidades empresariais catarinenses defendem que, seguindo rigorosos protocolos de segurança e isolamento de grupos de risco, seja autorizada a volta gradativa, mas imediata, das atividades econômicas. Sem isso, muitas empresas, especialmente as pequenas, fecharão e os já elevados níveis de desemprego no País se ampliarão fortemente. O setor empresarial defende o equilíbrio entre a preservação da saúde da população e a possibilidade de evitar o caos. Quem está premido por uma folha de pagamento ou uma família para alimentar sabe o que é isso.

Na retomada das atividades, o COFEM propõe que seja considerada a interdependência das cadeias produtivas, ou seja, o conjunto de empresas de diversos setores (como agronegócio, indústria, transporte e comércio), que operam de forma integrada para prover produtos e serviços à sociedade.

Em paralelo a isso, espera-se que sejam postas em prática, imediatamente e sem burocracia, medidas de apoio à sobrevivência das empresas e dos cidadãos e para manutenção dos empregos. Entre estas, destacam-se iniciativas como a já solicitada postergação e parcelamento de pagamento de tributos, em especial do ICMS, e a oferta de crédito para capital de giro em condições condizentes com o momento. Garantir a saúde pública vai além do isolamento, mas passa também pela melhoria da infraestrutura técnica e profissional na área, que precisa ser demonstrada na prática.

Além disso, as federações empresariais esperam do setor público ações concretas de redução de custos e revisão de prioridades no uso do recurso público. São exemplos disso o adiamento das eleições de 2020, com o redirecionamento do fundo partidário para o enfrentamento da crise, e a concessão de férias e redução de jornada de trabalho do funcionalismo. É uma questão que se impõe, já que também a receita do setor público cairá com a redução da atividade econômica. O custo da crise não pode ficar restrito à iniciativa privada e seus trabalhadores.

Os catarinenses, certamente, irão se unir, dentro de seu já conhecido espírito de solidariedade, que permitiu superar tantas crises e desastres naturais. Como sempre, o COFEM está à disposição do governo e da sociedade catarinense para aprofundar a contribuição nesse sentido. E, inclusive, já colocou em prática uma série de ações como treinamento, disseminação de informação, distribuição de alimentos, aquisição de ventiladores e equipamentos de proteção, além de suporte logístico e tecnológico. Essa cooperação poderá ser ampliada por meio do diálogo, com a necessária participação empresarial na discussão e planejamento das ações que impactam a economia.

O COFEM é composto pelas Federações das Indústrias (FIESC), do Comércio (FECOMÉRCIO), da Agricultura (FAESC), dos Transportes (FETRANDESC), das Associações Empresariais (FACISC), das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL) e das Micro e Pequenas Empresas (FAMPESC).

Florianópolis, 30 de março de 2020.